

O que José Roberto Marinho não gostaria de assistir

**Depoimento do jornalista
Lorenzo Carrasco na CPI das
ONGs do Senado Federal**

dezembro de 2001

EIR

Executive Intelligence Review

Um avanço em uma guerra

O depoimento do jornalista Lorenzo Carrasco, correspondente da *EIR* no Brasil, na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Senado que investiga a ação das organizações não-governamentais (ONGs) no Brasil, em 22 de maio último, representou um importante avanço tático numa guerra de posições que os patriotas brasileiros travam contra os inimigos do Estado nacional soberano. A exposição da estratégia e das ações deletérias do movimento ambientalista internacional na mais alta câmara da Legislatura brasileira amplificou ainda mais as denúncias apresentadas no livro *Máfia Verde: o ambientalismo a serviço do "Governo Mundial"*. O livro, lançado pela *EIR* em março último e do qual Carrasco foi apresentado como autor na CPI, já se configura num autêntico *best-seller*, com quase 6.000 exemplares vendidos em três edições, a despeito do virtual silêncio da chamada grande mídia a seu respeito. Fartamente documentada, a obra demonstra em detalhes um fato que a cada dia se torna mais evidente – o de que o movimento ambientalista foi

concebido e vem sendo desenvolvido como parte de uma estratégia da oligarquia internacional para a implementação de uma “mudança de paradigma cultural” e a criação de uma estrutura de “Governo Mundial”, em oposição ao Estado nacional soberano, a única instituição capaz de assegurar que as políticas públicas sejam colocadas a serviço do bem-estar coletivo e do progresso da sociedade em geral.

A crescente repercussão do livro ficou patenteada na truculenta tentativa de censura prévia feita pela seção brasileira de uma das ONGs mais poderosas do mundo, o Fundo Mundial para a Natureza (WWF), que, em 3 de agosto último, teve deferido pelo juiz Paulo Maurício Pereira, da 24ª. Vara Cível do Rio de Janeiro, o pedido de busca e apreensão dos exemplares do livro existentes no escritório da *EIR* na cidade. A investida ocorreu no contexto de uma ação judicial que o WWF-Brasil move desde janeiro contra o Movimento de Solidariedade Ibero-americana (MSIa), por denunciar o seu papel de liderança na ofensiva “verde” no Brasil. Em cumprimento da determinação, em 27 de agosto, foram apreendidos os exemplares restantes da segunda edição do livro – decisão revertida pelo próprio juiz 48 horas depois, por entender que se tratavam de pessoas jurídicas distintas.

A tentativa do WWF de silenciar o MSIa demonstra claramente o alcance da preocupação dos oligarcas que controlam a ONG com a exposição das suas operações. Sintomaticamente, o conselho diretor do WWF-Brasil é presidido por José

EIR

Executive Intelligence Review

Brasil

R. México, 31 s. 202
20031-144 - Rio de Janeiro - RJ
Telefax: 21-2262-1382
ocomplo@terra.com.br

EUA

317 Pennsylvania Ave. S.E., 2nd floor
Washington, D.C. 20003
Tel.: (202) 544-7010
<http://www.larouchepub.com>

Roberto Marinho, vice-presidente das Organizações Globo e um dos principais enlances brasileiros com o *Establishment* anglo-americano (entre outras posições, é também membro do Council of the Americas, de David Rockefeller).

A investida inicial do WWF ocorreu em outubro de 2000, quando seus advogados ajuizaram uma medida cautelar de busca e apreensão de publicações do MSIa, que, alegadamente, atingiam a “boa fama e imagem” da ONG. O pleito foi rejeitado pelo juiz Paulo Maurício Pereira, que entendeu ser “livre a manifestação de pensamento” e que inexistiam “prova concreta de que as informações emitidas” nas publicações do MSIa fossem falsas. Além disto, afirmou, a discussão em pauta envolve “o que os nacionalistas chamam de política imperialista das grandes potências mundiais” e “política de internacionalização da Amazônia”, matérias que “há muito vêm sendo discutidas pela imprensa, inclusive por membros do Governo e militares brasileiros, estes pelo dever que têm de resguardar nossas fronteiras e soberania”.

Inconformado com a decisão, o WWF impetrou um Agravo de Instrumento junto ao Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, o qual foi deferido em janeiro deste ano pelo desembargador Edson Scisínio. No dia 19, oficiais de justiça apreenderam exemplares do jornal *Solidariedade Ibero-americana* e outras publicações encontradas no escritório do MSIa, referentes às ações do WWF e sua rede. Ambos os pleitos judiciais foram imediatamente contestados pelo MSIa, que até então ignorava que estava sendo acionado judicialmente.

Em 21 de fevereiro, o WWF ajuizou na 24ª. Vara Cível uma ação ordinária de indenização por danos morais, no valor mínimo de R\$ 50.000,00, pretendendo,

inclusive, transformar o caso num “exemplo positivo e claro ao restante da sociedade” – ou seja, assentar um precedente jurídico para impedir novas denúncias contra as patranhas ambientalistas no País. O julgamento da ação ainda não ocorreu.

Em 11 de setembro, depois de quase sete meses, a turma da 14ª. Câmara Cível do Tribunal de Justiça julgou o mérito do Agravo de Instrumento impetrado pelo WWF, mantendo a decisão do desembargador Scisínio por dois votos a um. Porém, cabe ressaltar o voto contrário do desembargador Mauro Fonseca Pinto Nogueira, que qualificou como “censura” a “apreensão de material de divulgação do Movimento de Solidariedade Ibero-americana contra a WWF-Brasil”. Citando o Artigo 5 da Constituição Federal, ele conclui a declaração de voto vencido afirmando que “cada qual responde pelos excessos que cometer, não podendo o Judiciário, nem pessoa alguma ou entidade, fazer censura prévia, direta ou indiretamente”. Com a decisão, o MSIa fica, inclusive, impedido de citar negativamente o WWF em suas publicações.

A despeito dos seus esforços, José Roberto Marinho e seus pares oligarcas não estão conseguindo impedir que a verdadeira face da sua “agenda verde” seja crescentemente discutida e combatida. Evidentemente, a atitude temerária do WWF ao tentar censurar a *Máfia Verde* também refletiu o impacto das ondas de choque criadas pelo contundente depoimento de Lorenzo Carrasco, que a *EIR* toma a iniciativa de divulgar em forma escrita. Com isto, esperamos contribuir ainda mais para o aprofundamento desse processo de esclarecimento fundamental para o futuro da Nação brasileira.

Depoimento do jornalista Lorenzo Carrasco, correspondente da *EIR* no Brasil, à CPI das ONGs do Senado, em 22 de maio de 2001*

Primeiro, quero agradecer esta oportunidade de poder estar diante dos senhores. Creio que o País – e o mundo, em geral, dentro do qual está inscrito o Brasil – vive um momento dramático de redefinição de poder. Basicamente, estamos vivendo neste momento uma situação de crise financeira, de tentativas evidentes – por exemplo, do governo do Presidente Bush – de iniciar conflitos bélicos. Ante a eminência de um colapso financeiro, se nos apresenta um quadro muito grave. Estamos em um momento de redefinição da estrutura econômica e de poder basicamente no mundo inteiro.

O Brasil – e recentemente o ex-presidente Raul Alfonsín mencionou – será uma potência, definitivamente, no novo cenário que está surgindo. E será uma potência agroindustrial, assim como a Ásia, nos próximos 25 anos, terá um bilhão de pessoas a mais para alimentar. Por exemplo, esta semana, o governo russo anunciou que vai incorporar-se à idéia de construir uma ponte terrestre que vai unir o continente eurasiático em um grande projeto de desenvolvimento. Isso vai projetar a população eurasiática de 3,5 bilhões a 4,5 bilhões de pessoas em 25 anos.

Os senhores sabem que, tanto na vida das pessoas como na vida das nações, não se planeja nada em seis anos; planeja-se em termos de uma geração. Se uma nação tem uma missão, essa missão tem que ser estabelecida em termos de um período de pelo menos 25 anos. Se observarmos,

no mapa do mundo, as áreas que são disponíveis para a produção de alimentos, de proteína animal, encontraremos indiscutivelmente que a América do Sul será a área vocacionada para produzir alimentos para o mundo inteiro.

Evidentemente, eu não diria que o desenvolvimento euro-asiático vai atrair necessariamente uma grande demanda alimentícia sobre a área que tem potencial de expansão. Os senhores sabem que o Brasil, por ser uma área de expansão agrícola, uma fronteira agrícola equivalente a toda área plantada de milho, trigo e soja pelos Estados Unidos, é uma grande área de expansão nos próximos 25 anos.

Esse é o cenário no qual temos que analisar as ações deletérias de certas organizações não-governamentais. E nisto quero ser muito rigoroso, porque se trata de confundir o conceito de organização não-governamental com esses conceitos que estiveram existindo há muito tempo. As igrejas são organizações não-governamentais. Toda aquela instituição que não é governo é instituição não-governamental. Então, não façamos confusão. As organizações-não-governamentais surgiram da Fundação Commonwealth, no momento em que o Império Britânico passava a se reestruturar dentro da nova estrutura da comunidade das nações – Commonwealth – britânicas. Aí nasceu o conceito: uma ação como uma maneira de substituir o princípio de soberania nacional explicitamente. O livro – e quero fazer aqui uma consideração – foi elaborado por uma equipe da revista *Executive Intelligence Review*, que fez análises durante muitos anos.

* Segundo as notas taquigráficas do Senado

Quando falamos em organizações não-governamentais, não estamos nos referindo especificamente a isso, porque não se trata de misturar as santas casas de misericórdia ou as igrejas; trata-se, definitivamente, de observar o princípio novo de haver criado, sob a estrutura da Fundação Commonwealth, o conceito de organização não-governamental.

Quero começar por uma pequena leitura de trabalho que preparei e que colocarei à disposição desta Comissão. Por ser mais sistemático, quero ler a introdução que fiz para este depoimento.

I
Para mim, é uma honra colaborar com os trabalhos desta Comissão, para ajudar no entendimento de um assunto de extrema relevância para a soberania e integridade territorial da Nação brasileira. Há quase 10 anos, em agosto de 1991, também na condição de correspondente da revista *Executive Intelligence Review (EIR)*, tive a oportunidade de prestar colaboração idêntica a outra CPI, na Câmara dos Deputados, que investigava as ameaças de internacionalização da Amazônia brasileira. Na ocasião, pude alertar sobre os planos estratégicos de certos setores do *Establishment* oligárquico internacional, especialmente o seu elemento anglo-americano, para instrumentalizar o movimento ambientalista-indigenista, com o intuito de impor um sistema de soberania limitada sobre certos países ricos em recursos naturais, em particular o Brasil. Isto se deu durante o governo de George Bush nos Estados Unidos, que ficou assinalado no cenário internacional pelo advento da chamada “Nova Ordem Mundial”, assim batizada por ele e erigida sobre os escombros dos bombardeios contra o Iraque durante a Guerra do Golfo, tema que, a propósito, tive a oportunidade de debater pouco antes, como conferencista, num seminário na Escola do Comando do Estado-Maior do Exército (ECEME), no Rio de Janeiro.

Hoje, o que temos diante de nós é a implementação plena da estratégia denunciada há 10 anos, em meio a um cenário global muito mais grave, caracterizado, de um lado, pela fase final da desintegração do sistema financeiro internacional e, do outro, pela tentativa do governo George

W. Bush, filho do anterior, de manter tal sistema financeiro com o recurso da força bruta e das ameaças de conflitos militares. Um exemplo mal disfarçado dessas ameaças são as truculentas pressões para que o Brasil se subordine à chamada Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), na qual a soberania do país ficaria efetivamente limitada.

No Brasil, o interesse da *EIR* pelas questões ambientais iniciou-se durante o ano de 1988, quando o País passou a ser alvo de uma intensa campanha internacional que o apontava como um autêntico “vilão ambiental número um” do planeta, com ênfase nas denúncias sobre as queimadas na Amazônia, que se tornaram até mesmo tema de desenhos animados e histórias em quadrinhos nos Estados Unidos. Essa campanha se intensificou no final daquele ano, após o assassinato do líder seringueiro Chico Mendes, cuja repercussão mundial, orquestrada por uma rede internacional de organizações não-governamentais ambientalistas, começou a revelar o nível de articulações envolvido na campanha e nos motivou a empenhar-nos numa investigação aprofundada do assunto.

As investigações revelaram um esquema extremamente sofisticado, diretamente ligado aos mais altos círculos decisórios do *Establishment* oligárquico internacional, centrados em torno da liderança das famílias reais do Reino Unido e da Holanda, os quais exerciam controle direto, tanto político como financeiro, sobre a vasta rede de ONGs integrantes do movimento ambientalista-indigenista. Esses resultados foram divulgados numa série de artigos, que foram publicados tanto na *EIR* como em jornais brasileiros, como a extinta *Última Hora* e o *Jornal do Commercio*, ambos do Rio de Janeiro. Em junho de 1991, a *EIR* publicou, em português, um relatório especial, “O Brasil e os bastidores do ‘ecologismo’ internacional”, que sintetizava o conhecimento que então tínhamos do problema.

Desafortunadamente, as negociações em torno da Conferência Rio-92, que se realizaria no Rio de Janeiro em junho de 1992, fizeram com que o Governo da época cedesse às exigências externa do aparato ambientalista-indigenista, fazendo concessões como a delimitação da gigantesca e

despropositada reserva indígena Yanomami, na fronteira Brasil–Venezuela, evento que simbolizou a influência daquele aparato na definição das políticas pública no País.

A partir de 1994, quando iniciamos a publicação do boletim semanal “EIR – Alerta Científico e Ambiental”, passamos a expor continuamente as insidiosas ações do aparato ambientalista-indigenista contra as iniciativas brasileiras de tecnologia avançada, como o programa nuclear, e os grandes projetos de infraestrutura, especialmente nas áreas energéticas e de transporte hidroviário. Particularmente, a oposição aos projetos hidroviários nas regiões Centro-Oeste e amazônica se deve a motivações geopolíticas externas, com o intuito de obstaculizar o surgimento, na América do Sul, de um vigoroso centro de produção de alimentos e desenvolvimento industrial capaz de tornar-se, em pouco tempo, um “celeiro do mundo”, como afirmou o grande cientista Norman Borlaug, o grande “Pai da Revolução Verde”.

Neste particular, em abril de 1997, publicamos o relatório especial “A Grande Hidrovia”, no qual expusemos as ações da oligarquia anglo-americana e sua rede de ONGs para bloquear a potencial interligação das bacias hidrográficas do Amazonas, Orinoco e Prata, perspectiva que já havia sido antecipada no final do Século XVIII pelo Capitão-General Luiz Albuquerque de Melo e Cáceres, Governador da Província de Mato Grosso e, depois, pelo famoso cientista Alexander von Humboldt.

Igualmente, em numerosos artigos, palestras e debates públicos, temos denunciado o caráter pseudocientífico da grande maioria dos argumentos que têm sido manipulados para sustentar o movimento ambientalista, como a apresentação distorcida de certos fenômenos atmosféricos, como o “buraco” na camada de ozônio, o aquecimento global, etc., juntando-nos aos verdadeiros cientistas que não se deixam levar pelos sofismas da “correção política” e não se afastam do objetivo último da ciência, que é a busca permanente da verdade e da colocação do conhecimento a serviço da felicidade humana.

Esse esforço resultou, recentemente, no lançamento do livro “Máfia Verde: o ambientalismo a serviço do ‘Governo Mundial’”, que uma feliz

coincidência fez com que surgisse quase simultaneamente com esta Comissão de Inquérito. No livro, que colocamos à disposição da Comissão, está rigorosamente relatada uma série de fatos cujo entendimento será de grande relevância para o assunto em pauta.

Quero dizer que tenho livros para os Senadores membros da Comissão, que entregarei no final do depoimento.

Em verdade, a nossa experiência na luta contra a utopia ambientalista, que não passa de um requecimento das teses malthusianas da oligarquia anglo-americana, vem de longa data. De fato, há mais de trinta anos, o fundador da *EIR*, o economista estadunidense Lyndon LaRouche, criou o seu movimento político e fundou pouco depois a revista, como uma “força-tarefa” para combater mundialmente o projeto das oligarquias para submergir o mundo numa nova idade de trevas, principalmente com o desmonte do sistema financeiro do pós-guerra e a reemergência da utopia de “governo mundial”, baseada nas velhas propostas de ideólogos do renascimento do Império Britânico, como H. G. Wells e Bertrand Russel, e de teóricos geopolíticos como Halford Mackinder e outros.

Mais tarde, LaRouche e seu movimento combateram as premissas expostas na I Conferência Mundial de População, realizada em Bucareste, Romênia, em 1974, planejada pela oligarquia internacional como uma grande plataforma de promoção do malthusianismo em escala global. No mesmo período, que estava impregnado pelas falaciosas teses dos “limites ao crescimento”, propagandeada por órgãos como o Clube de Roma, se aprestaram em denunciar o verdadeiro caráter e as intenções do nascente movimento ambientalista.

Nesta empreitada, tais esforços se deram em paralelo com a vigorosa oposição que a diplomacia brasileira fazia, então, a semelhante agenda hegemônica, capitaneada por figuras do porte de Araújo Castro, Miguel Ozório de Almeida, Josué de Castro e outros. Corretamente, estes luminares insistiam em que a maior parte dos problemas ambientais decorria da falta de desenvolvimento, e que as iniciativas de impor restrições ambientais aos países subdesenvolvidos ocultavam a intenção de “congelar” o poder mundial.

Naquela época, havia um entendimento generalizado entre os setores mais esclarecidos das elites políticas sobre as reais intenções do esquema ambientalista-indigenista, que se expandia por todo o mundo. Um exemplo disso foi a contundente exposição feita no Congresso brasileiro, em 12 e fevereiro de 1968, pelo então Líder do MDB, o hoje ilustre Senador Bernardo Cabral, quando denunciou o caráter malthusiano de iniciativas como o projeto dos “Grandes Lagos Amazônicos”, do Instituto Hudson dos Estados Unidos, e a esterilização de mulheres amazônicas. Por que esterilizar mulheres em uma área que está absolutamente despovoada? Aí se vê claramente essa natureza malthusiana contra o desenvolvimento, contra o exercício da soberania do Brasil sobre a área. Isto mostrava claramente.

Efetivamente, toda esta ofensiva tem que ser vista no contexto de todo esta visão malthusiana.

Um exemplo mais relevante desse processo foi a África, onde a “proteção da vida selvagem” constituiu o pretexto ideal para assegurar a preservação dos interesses coloniais do Império Britânico, em seu disfarce de Comunidade Britânica de Nações (Commonwealth), após o surto de independência das nações do continente, na década de 1960. A organização-chave desse processo foi o Fundo Mundial para a Vida Selvagem (World Wildlife Fund – WWF), criado em 1961 por um grupo de oligarcas europeus, encabeçados pelos Príncipe Philip, da Inglaterra, e Bernhard, da Holanda, este último um notório militante do Partido Nazista antes da II Guerra Mundial. Ainda hoje, ambos ocupam lugares de destaque na hierarquia da WWF, o primeiro, como seu presidente emérito, e o segundo, como a cabeça do chamado “Clube 1001”, encarregado de atrair o apoio financeiro da nata da oligarquia internacional para as operações da organização.

Sobre o WWF e suas reais intenções, coloco à disposição da Comissão um relato publicado no jornal ambientalista holandês *De Groene Amsterdammer*, que descreve uma investigação das atividades da WWF na África do Sul ordenada pelo então Presidente sul-africano, Nelson Mandela, o qual acompanha como anexo o texto deste depoimento.

Essa militância dos fundadores do WWF não é casual, uma vez que o movimento ambientalista não passa de uma metamorfose do movimento de melhoria racial, a eugenia, abertamente promovido pelos altos círculos da oligarquia anglo-americana antes da II Guerra Mundial. No pós-guerra, com o descrédito das teses eugênicas, provocado pelas atrocidades nazistas cometidas em nome delas, os estrategistas oligárquicos passaram a direcionar seus esforços e recursos financeiros na conversão do aparato eugênico no movimento de controle da população e defesa do meio ambiente.

Nesse processo, foi crucial a criação de uma União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), em 1948, que pode ser considerada uma “irmã mais velha” do WWF, já que ambas tiveram praticamente os mesmos mentores e criadores. Hoje, eles formam o que pode ser considerado o “Estado-Maior” do movimento ambientalista internacional, do qual emanam as diretrizes que determinam as linhas de atuação das principais ONGs que constituem as “tropas de choque” do movimento, como o Greenpeace, Amigos da Terra, Conservation International, Environmental Defense Fund, etc.

O WWF não é uma mera organização de diletantes, como se percebe pela composição de sua diretoria, que reúne não apenas membros da aristocracia européia e anglo-americana, como também altos executivos de algumas das principais companhias transnacionais de energia, alimentos, matérias-primas, industriais e de comunicações. De particular interesse para o Brasil, por exemplo, é o fato de que o fundador e presidente da empresa de energia AES, Roger W. Sant, também preside a filial da WWF nos Estados Unidos.

Outros dois diretores da empresa, Robert H. Waterman Jr. e Hazel O’Leary, também são diretores locais do WWF, sendo que esta última foi Secretária de Energia do Governo dos Estados Unidos.

A AES, importante parceira do mercado, como se sabe, está atuando ativamente para controlar uma importante parcela do mercado brasileiro de energia, esperando tirar proveito de uma escassez em boa medida provocada por seus pares ambientalistas-indigenistas, juntamente com empresas como Brascan, Enron e outras.

Como se percebe, o ambientalismo e o *big business* andam intimamente entrelaçados.

Cabe ressaltar que as principais fontes de financiamento das ONGs do aparato ambientalista e indigenista são doações daquelas empresas multinacionais e fundações das famílias oligárquicas do Hemisfério Norte (Ford, Rockefeller, MacArthur, W. Alton Jones, etc.), além de órgãos de financiamento oficiais ou semi-oficiais das principais potências do Grupo dos Sete (G-7). Entre esses últimos, destacam-se o USAID, o DFID (Inglaterra), a CIDA (Canadá) e outros. Assim sendo, não surpreende que a “agenda” do aparato ambientalista-indigenista seja ditada por tais centros de poder hegemônico, e não pelos reais interesses da Nação brasileira. Esse fato é reconhecido até mesmo por dirigentes do Movimento Ambientalista Brasileiro, como o ex-Presidente do Ibama, Eduardo Martins, que também foi diretor do WWF no Brasil.

Em uma entrevista publicada pela revista *Veja* em 2 de julho de 1998, ele admite:

“Cerca de 85% dos recursos que mantêm as ONGs no Brasil vêm do exterior. Com o dinheiro, vem também a pauta de prioridades definida para cada país. Isso gera problemas. A discussão ambiental patrocinada pelas ONGs acaba virando um modismo ditado, que já teve símbolos como o mico-leão, o elefante e agora o mogno. Imagine se amanhã um grupo de ambientalistas europeus se reúne e decide que as ONGs devem dar apoio ao movimento dos sem-terras, porque eles são o novo símbolo da luta pela preservação. No dia seguinte, esquecem-se das florestas e não se fala mais nisso.”

A mesma revista, numa reportagem publicada em 9 de fevereiro de 1994, confirmava a grande dependência externa das ONGs brasileiras, assinalando que 80% dos US\$700 milhões movimentados anualmente por elas, na ocasião, provinham de doações do exterior. Evidentemente, embora não haja números conclusivos, até mesmo devido à dificuldade de se rastrear esses fluxos de dinheiro, podemos considerar que tal volume de recursos tenha-se multiplicado na mesma proporção em que tem aumentado o afã dos patrocinadores do movimento ambientalista-indigenista em esterilizar os esforços do desenvolvimento do país.

Essa dependência de recursos externos tem contaminado até mesmo órgãos oficiais, como o Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal. Segundo informes do Instituto de Estudos Sócio-Econômicos (INESC), ONG de Brasília vinculada ao aparato ambientalista internacional e especializada em relações com o Congresso, 51% do orçamento do Ministério para este ano são provenientes de “doações” internacionais, cerca de R\$520 milhões. Talvez não seja mera coincidência que aproximadamente a mesma quantia seja destinada na dotação orçamentária do Ministério à rubrica “outros serviços, de terceiros ou a pessoas jurídicas”.

Assim sendo, não surpreende a presteza do Ministério em contratar os serviços de inúmeras ONGs para elaborar estudos e avaliações que, via de regra, concluem pela “inviabilidade ambiental” de várias obras de infra-estrutura no País. Se isso se confirmar, não seria demais afirmar que o Ministério está-se transformando num mero conduto oficial de verbas “doadas” do exterior para ONGs vinculadas ao aparato ambientalista internacional.

Não admira, pois, o crescente fundamentalismo com que tais órgãos passaram a encarar suas atribuições, passando a funcionar, na prática, como um obstáculo oficial a qualquer empreendimento que busque abrir novas áreas de desenvolvimento.

Portanto, o levantamento e o registro dos fundos manejados pelas ONGs e até mesmo por certos órgãos oficiais é fundamental para o enquadramento institucional das atividades das entidades envolvidas com o meio ambiente, para que sejam contornadas as distorções que as têm caracterizado.

II

Essa é a introdução que preparei. A seguir, listo três ou quatro problemas que têm que ser, segundo meu ponto de vista, abordados. Primeiro, a característica geopolítica desses empreendimentos, dessas organizações não-governamentais. Eu tive a oportunidade de participar, como convocado, da CPI das Terras, em Roraima, no final do ano de 1999. Lá se estava analisando o caso da Associação Amazônia, uma ONG que vinha sofrendo acusações claras

de grilagem de terras na fronteira de Roraima com o Estado do Amazonas. Fazia isso ilegalmente porque estava registrando as terras nos cartórios de Manaus, e não em Boa Vista. A investigação sobre essa organização não governamental, primeiro, nos levou a ver exatamente as famílias oligárquicas européias: um nobre italiano preside isso, e o membro que dirigia a organização... - tudo isso está detalhado no livro, no próprio depoimento, e, no entanto, para não me alongar nesta leitura, vou sintetizar o problema. Esses funcionários dessa organização não-governamental, quando viram a pressão do Estado de Roraima, pediram ajuda a uma organização vinculada à UICN, União Internacional para Preservação da Natureza, que eu já mencionei no momento do pronunciamento, a ONG mais importante junto com o WWF., na Holanda, para pressionar o Governo brasileiro e o Governo do Estado de Roraima para deter a investigação parlamentar. Isso nós pegamos na Internet, vimos quem era essa organização, e disso resulta que a organização que estava por trás era uma iniciativa européia de defesa, supostamente, da Amazônia, ligada à UICN, holandesa. Qual era a cobertura dessa operação, que alguns chamam de “Escudo da Guiana”? Mas o Escudo da Guiana é a zona geológica que abarca o Estado de Roraima, mas não somente o Estado de Roraima; é, coincidentemente, a velha pretensão colonial sobre a chamada Ilha da Guiana, que se forma pelo Rio Orinoco, o canal de Cassiquiare, o rio Negro e sai pelo rio Amazonas, formando virtualmente uma ilha, que foi pretendida colonialmente, como os senhores sabem, a partir dos séculos XVI e XVII. As Guianas são a presença colonial, exatamente na tentativa de tomar a Ilha da Guiana como um elemento estratégico, em termos de todo o jogo colonial. Teríamos uma nova África. Basicamente era isso o que se pretendia. Essa ilha, onde a presença ianomâmi está totalmente inscrita, permitiu-nos ver exatamente que havia uma pretensão de neutralizar qualquer esforço de desenvolvimento dentro dessa região. O Estado de Roraima, segundo me contam alguns parlamentares, tem mais de 70% de sua área totalmente esterilizada, seja por via de reservas naturais, seja por

via de reservas indígenas, seja por via de outras reservas. Isso é uma questão deliberada. Parar o desenvolvimento em Roraima é um crime contra o País. Por quê? Porque é uma província mineral, onde há terras, cerrado e uma capacidade de produtividade muito importante, por exemplo, na produção de arroz e de outros cereais, que será importante, inclusive, para abastecer o mercado venezuelano. A possibilidade de desenvolvimento e de dignidade para a população da região decorre da possibilidade de desenvolvimento. Eu me remeto certamente à visão que a diplomacia brasileira expressou nos fóruns internacionais na década de 60. Com esse congelamento do desenvolvimento brasileiro, o que se trata é de congelar exatamente a estrutura do poder oligárquico: “não queremos que o Brasil comece a perturbar as relações de poder internacional”. Não há outra explicação. O Brasil é um país absolutamente despovoado e é um país estrategicamente alvo de campanhas de controle populacional. Isso é inconcebível. É certo que há aí uma intenção de controle de recursos naturais. A esterilização de mulheres, que vinha dos documentos que foram secretos na gestão do Secretário de Estado Henry Kissinger (Nacional Security Study Memorando nº 200, de 1974), ou seja, secretos durante 20 anos, foram dados a conhecer. Lá estava estipulado claramente que, no Brasil, juntamente com outras 13 nações do chamado Terceiro Mundo, teria que ser controlada a população, porque afetava o abastecimento de recursos estratégicos minerais para as potências, ou seja, os Estados Unidos e os aliados dos Estados Unidos (leia-se Inglaterra, porque estão nessa aliança). Esse é o primeiro caso, que tenho hoje totalmente documentado. Inclusive no livro, tivemos o cuidado de tirar todo documento apócrifo, que não tivesse identificação. E fomos claros nisso. Não estamos buscando nenhum interesse político. Queremos buscar a verdade e a justiça. É o que nos motiva e a mim, pessoalmente. O segundo caso é o ataque das organizações não-governamentais às obras de infra-estrutura. Vejam os senhores que a possibilidade de desenvolver o cerrado, desenvolver os campos deste país e gerar emprego rapidamente, em um momento de crise,

evidentemente, é na agropecuária. Isso não existe. Isso é ciência econômica. Não há forma de levantar o nível de vida se rapidamente não houver emprego e produção de alimentos. Isso se faz com infra-estrutura para o processo agropecuário.

O que se quer ter? A hidrovia Araguaia-Tocantins, que vincula o território norte do Amazonas ao sul do País, através de uma via de integração que vai junto com uma série de linhas de transmissão de energia, etc. Não pode haver integração, não pode haver defesa do Amazonas, do ponto de vista de desenvolvimento nacional, fora os aspectos estratégicos-militares, se não há desenvolvimento do cerrado. Não há forma, militarmente, podemos dizer assim, vendo assim, economicamente, de ter uma linha de abastecimento e de desenvolvimento econômico, como foi exatamente a idéia dos lagos amazônicos, do Instituto Hudson. Quer dizer, separar o território norte, exatamente a Ilha da Guiana, do sul desenvolvido. Isso está claro em todas as tentativas de internacionalização da Amazônia. São ações financiadas de fora. Toda a operação que está havendo contra as hidrovias, as intervenções que estão havendo contra todas as linhas de penetração de desenvolvimento são simplesmente claras. Tenho explicado as obras que estão sendo detidas, que vou enunciar rapidamente, e o estado dessas obras:

Hidrovia Araguaia-Tocantins, hidrovia Paraná-Paraguai, hidrovia do Marajó, hidrovia Teles Pires-Tapajós, porto de Morrinhos, acessos viários ao rio Paraguai.

Mas isso não é o mais grave. Observem o problema elétrico. Eu acho isso é um elemento central, que se tem que olhar com muito cuidado. Em 1989, uma ação muito famosa na reunião de Altamira, financiada por todas as organizações não-governamentais que haviam patrocinado a campanha contra o Brasil em relação ao assassinato de Chico Mendes no exterior. Environmental Defense Fund, National Resource Defense Council, dos Estados Unidos, e várias organizações não-governamentais que tenho listadas, se reuniram em Altamira, numa reunião muito famosa, que ficou marcada porque uma líder indígena sacou um facão e o passou na frente de

um diretor da Eletronorte. Essa reunião foi um paradigma, porque essas organizações estavam trabalhando junto com o Banco Mundial para deter os investimentos em infra-estrutura, especialmente hidroelétricos, na região amazônica e, em geral, nas grandes barragens, grupos que estão organizando uma oposição a qualquer grande barragem.

Bom, o que se parou de produzir com isso? Parou-se de produzir 12 mil megawatts de potência, que, hoje, com linhas de transmissão, fariam ser absolutamente dispensável qualquer crise de energia. Quer dizer, essa é uma ação clara das organizações não-governamentais, que mostra o caráter falacioso de dizer que estão defendendo o ser humano e os direitos humanos, quando o que estamos vendo é o empobrecimento causal da população brasileira. Isso está ocorrendo em muitas partes do mundo. Podemos listar uma série de ações, desde a Índia até a Ásia (afortunadamente, os governos asiáticos estão absolutamente ativos, porque necessitam desse desenvolvimento, senão terão conflitos bélicos). Mas isso mostra claramente a ação deletéria, a ação nociva. Supostamente defendendo direitos humanos de tribos indígenas ou de grupos, estão parando o desenvolvimento elétrico de um país. Num país com a quantidade de água e a capacidade hidroelétrica maior do mundo, não se podem construir barragens, porque há oposição dessas organizações não-governamentais, todas elas vinculadas a interesses estrangeiros financiados e fazendo o jogo com o Banco Mundial, que colocou, desde a época do Sr. Robert McNamara, absolutamente, barreiras para investimento em barragens na região amazônica. Isto, do meu ponto de vista, é um genocídio: definir localmente uma questão para parar o desenvolvimento de uma nação.

E aqui teremos uma crise energética.

Há três semanas, o Presidente de Furnas, Dr. Luiz Carlos Santos, em um congresso da Associação Brasileira das Indústrias de Base, em São Paulo, mencionou que existem 276 projetos elétricos no País – linhas de transmissão e diferentes subestações – que estão parados neste momento por questões ambientais ou indigenistas. Senhores, é um crime de lesa-pátria que se esteja paralisando o desenvolvimento

exatamente da energia elétrica, com suas linhas de transmissão, barragens, etc., em todo o País. Mais de 200 projetos parados, isto segundo cita o Presidente de Furnas.

III

Aqui entramos na parte final, da qual quero falar brevemente, que diz respeito ao problema relacionado ao papel do Ministério Público. Quero apenas ler brevemente esta parte para os senhores – são duas páginas –, porque quero ser muito pontual.

Um instrumento fundamental que as ONGs encontraram para implementar a sua ofensiva antidesenvolvimentista é a manipulação de certos setores do Ministério Público com temas ambientais. Lamentavelmente essa é uma aliança que tem sido sucedida em paralisar empreendimentos vitais para o desenvolvimento nacional e que já ameaça, inclusive, a construção de instalações militares, como ocorreu recentemente em Roraima.

A aliança entre ONGs e o Ministério Público – certos setores do Ministério Público – foi explicitada num boletim de imprensa divulgado pelo ISA, Instituto Socioambiental, em 19 de março de 2001, que reproduz textualmente:

“Justiça suspende transporte de grãos pela hidrovía Araguaia-Tocantins. Ministério Público Federal nos Estados de Mato Grosso e Goiás, em articulação com o ISA, obtém decisão judicial embargando o transbordo ilegal de carga previsto para o início dessa semana na cidade de Barras do Garças.

“O Juiz Federal Paulo César Alves Sodré determinou, no final da tarde de sexta-feira, 16 de março, a suspensão imediata do embarque, desembarque e transporte de grãos pela chamada Estação de Transferência de Carga em Barras do Garças (MT). Impediu assim o início ilegal das atividades de transporte de grãos pela Hidrovía Araguaia-Tocantins, já que ainda não há Estudo de Impacto Ambiental aprovado pelo IBAMA.

“A decisão resultou da articulação das representações do Ministério Público Federal nos Estados de Mato Grosso e Goiás com o Instituto Sócio-Ambiental, que enviaram petição à Justiça Federal do Mato Grosso, no âmbito da

ação movida pela Comunidade Indígena Xavante contra a Hidrovía.”

O ISA tem uma Coordenação de Atividades Jurídicas, cuja função, segundo documentos da própria ONG, é oferecer, entre outros serviços, “a capacidade jurídica instalada no ISA para outras organizações públicas e setores organizados da sociedade”. Esta Coordenação é mantida com recursos provenientes de doações do exterior, especificamente as fundações Ford, MacArthur, Organização Intereclesiástica para a Cooperação ao Desenvolvimento, da Holanda, e a FAFO (Programa Norueguês para Povos Indígenas).

Outra manifestação desse entrosamento foi a convocação feita, em 10 de março de 2000, pelo secretário-geral da ONG paulista Direito por um Planeta Verde, Guilherme Purvin, igualmente Procurador do Estado de São Paulo e Presidente do Instituto Brasileiro de Advocacia Pública, IBAP, e do Centro de Estudos sobre Meio Ambiente e Relações do Consumo.

O teor da convocação é auto-explicativo:

“Colegas, todos os participantes desta lista representantes de associações civis ambientalistas estão convidados para uma reunião a ser realizada no próximo dia 12 (segunda-feira), entre o Ministério Público de São Paulo e organizações não-governamentais ambientalistas para discussão de estratégias a serem adotadas na negociação do Projeto Michelleto de alteração do Código Florestal.

“Local: Auditório da rua Líbero Badaró, 600 – São Paulo-SP.

“Horário: 15h30 (pontualmente)

“Guilherme Purvin – Sec. Geral do Instituto O Direito por um Planeta Verde.”

Esse episódio, com o processo de aprovação do novo Código Florestal, serve para exemplificar como o aparato de ONGs ambientalistas influencia a feitura da legislação ambiental brasileira, que, apesar de sua crescente restritividade aos empreendimentos produtivos, de sua ambigüidade e conflituosidade – e, que talvez, por causa disto – costuma ser saudada pelos ambientalistas como sendo “a mais avançada do mundo”.

No caso, a campanha contra a aprovação do Código Florestal proposto pelo Deputado Moacyr Micheletto, foi comandada pela WWF.

e secundada pelo Greenpeace, o Instituto Sócio-Ambiental e outras ONGs subordinadas a estas. A campanha, diga-se de passagem, só obteve a sua grande repercussão devido ao engajamento direto da grande mídia. É bem verdade que esse engajamento não surpreende, pois, no Conselho Diretor do WWF-Brasil, têm assento o Sr. José Roberto Marinho e Pedro Sirotsky, representantes dos dois maiores grupos de comunicação do País.

Nesse contexto, estamos diante de uma situação de extrema gravidade, na qual se está constituindo uma verdadeira “ecoditadura” das ONGs sobre as perspectivas de desenvolvimento do País. No caso, temos um poder, como o Ministério Público, que foi concebido como um instrumento de independência necessária para defender os interesses difusos da sociedade, para o qual não se submete a qualquer hierarquia de poder nacional, mas que está sendo manipulado por uma estrutura hierárquica de poder supranacional. Se não se submete aos poderes constituídos, mas se submete à influência de organizações não-governamentais por via do Instituto Sócio-Ambiental, que está recebendo dinheiro do exterior.

Portanto, torna-se fundamental investigar os bastidores da influência direta das ONGs sobre tais setores do Ministério Público: se ela está sendo implementada por meio de seminários e cursos promovidos pelas ONGs, dentro e fora do País, e quem financia tais cursos. Se se está indo a Paris, Londres ou Estados Unidos, quem está pagando por isso? Porque isso não é um ato independente do Ministério do Público, é um ato muito sério que tem que ser considerado e levantado. Porque já há uma legislação muito restritiva, suficientemente restritiva, para, ademais, haver uma articulação de procuradores que estão absolutamente interferindo sobre o desenvolvimento do País.

Um exemplo dessas vinculações pode ser visto com o já referido Instituto O Direito por um Planeta Verde – ONG jurídica sediada em São Paulo, que promove regularmente congressos internacionais de direito ambiental. Um deles, realizado em maio de 1999, em São Paulo, teve como tema a “Proteção Jurídica das Florestas Tropicais” e contou com o apoio da Fundação W.

Alton Jones, célebre por financiar campanhas contra a implementação da hidrovía Paraguai-Paraná. O evento teve ainda o suporte do Environmental Law Institute – ONG jurídica estadunidense muito ativa no Brasil –, da Universidade do Texas, do USIS (Serviço de Divulgação e Relações Culturais dos Estados Unidos) e de diversas entidades de classe e órgãos do setor jurídico brasileiro.

Sobre essa “ecoditadura”, vale mencionar a opinião de renomado jurista Miguel Reale Júnior sobre a Lei de Crimes Ambientais, sancionada em 1998. Num artigo publicado no jornal *Folha de S. Paulo* de 6 de abril de 1998, ele a qualificou como “lei hedionda dos crimes ambientais”, ressaltando o seu caráter ditatorial, que considera meras infrações administrativas como crimes e eleva danos culposos à condição de delito. O nivelamento de animais ao ser humano, princípio basilar do ambientalismo, configura-se no art. 32, que define como crime “praticar atos de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos”, cabendo ao criminoso pena de três meses a um ano de detenção e multa. Como realça Reale Júnior, “maus-tratos” é o nome jurídico utilizado no Código Penal para a conduta que coloca em risco a vida e a saúde da pessoa humana, e cuja a pena, aliás, é inferior à prevista na nova Lei de Crimes Ambientais por atos similares praticados contra animais.

Quando uma sociedade começa a levantar direitos animais à altura de direitos humanos, estamos a um passo de tratar direitos humanos como animais. E é isso que está acontecendo.

Quero finalizar este depoimento com um relato sobre a participação da mídia na estrutura de poder representada pelas ONGs. E já qualifico nisso ditadura ou “ecoditadura”. Se já temos, quanto ao poder financeiro, o Estado em austeridade permanente, os órgãos de governo, à míngua, e há acordo com fundos exteriores, então, se pode levar a cabo uma ação. Então, o Judiciário está parado, exceto o Judiciário ambiental, porque está recebendo homens e dinheiro para poder efetuar uma supervisão quando o País está em austeridade permanente. Isso é uma ecoditadura.

Quero finalizar o depoimento com um relato sobre a participação da mídia na estrutura de

poder representada pelas ONGs. Vou referir-me a dois casos notórios de conluio de interesses entre organizações de mídia e ONGs que estão desempenhando papéis fundamentais nessa grande campanha contra o Estado nacional brasileiro.

O primeiro envolve o Movimento Viva Rio, ONG sediada no Rio de Janeiro, que, nos últimos anos, vem trabalhando em estreita coordenação com o Ministério da Justiça para reformar a política de segurança pública, ou melhor, para substituí-la pelo que seus dirigentes chamam “doutrina de segurança cidadã”, cujo carro-chefe é a campanha de desarmamento civil. A participação do “Viva Rio” nessa empreitada foi anunciada pelo então Secretário-Geral do Ministério da Justiça, José Gregori, em 1995, tendo sido mantida depois que José Gregori assumiu o ministério. Para simbolizar essa aliança, a diretora do “Viva Rio”, Elizabeth Sussekind, foi nomeada para Secretária de Justiça do Ministério da Justiça.

E aqui temos um fenômeno muito interessante: já não são mais organizações não-governamentais; começam a se converter em organizações quase governamentais, começam a se infiltrar na estrutura institucional do País, são os únicos que têm recursos e os estão introduzindo exatamente dentro da justiça e dentro da estrutura de meio ambiente do País.

O Movimento Viva Rio foi fundado em novembro de 1993, como uma organização-chave do chamado “Terceiro Setor”, com o patrocínio de alguns dos grupos mais poderosos que representam os interesses do *Establishment* no Brasil, como a Fundação Roberto Marinho, a Fundação Brascan, a Fundação Rockefeller, Vitae, Kellog e outros, além da participação de luminares, como o banqueiro David Rockefeller, Roberto Marinho e outros. Para que entendamos melhor o que está por trás da organização e suas propostas, vejamos o que disse o líder do Viva Rio, o sociólogo Rubem César Fernandes: Segundo ele, os conceitos de “Nação” e “povo” estão superados. O que conta agora é a relação privada dos cidadãos com as causas abstratas da Humanidade. O lema agora é pensar globalmente e agir localmente. E eu diria melhor: pensar globalmente e agir loucamente. Sob essa premissa, os “direitos humanos” passam a não ter nada a ver com a responsabilidade de

fazer progredir a prosperidade da cidadania, mas com um direito abstrato que regula as exigências do egoísmo pessoal com um universalismo etéreo e amorfo. Em suma, trata-se de uma confrontação entre os conceitos de Estado nacional e a ideologia de um “governo mundial” dirigido por entidades supranacionais que correspondem apenas aos mal definidos interesses de uma etérea “cidadania global”.

O Viva Rio e sua “segurança cidadã” foram denunciados em 1997 pelo então Secretário de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, General Nilton Cerqueira, que, em artigos na imprensa, expôs os vínculos do movimento com organizações internacionais que promovem a legalização do uso de drogas, patrocinadas por elementos como o megaespeculador George Soros. Sintomaticamente, hoje, o Viva Rio encabeça a campanha do desarmamento civil, para o que conta com o entusiasmo e o apoio dos meios de comunicação das Organizações Globo. Há dias, o jornalista Ricardo Boechat, do jornal *O Globo*, afirmou que o vice-presidente das Organizações Globo, José Roberto Marinho, que também é membro do Conselho Diretor do Viva Rio, doou à organização seu veleiro particular para ser utilizado em operações de vigilância ambiental na Baía de Guanabara.

O outro exemplo que quero mencionar se refere à ação judicial que o WWF-Brasil está movendo contra o Movimento de Solidariedade Ibero-americana, cujo jornal quinzenal, *Solidariedade Ibero-americana*, tem denunciado repetidamente as ações do aparato das ONGs no Brasil e no exterior. O Presidente do Conselho Diretor da WWF é ninguém menos que o já referido José Roberto Marinho. Além disso, também têm assento no Conselho: Pedro Sirotsky, cuja família é proprietária de uma rede de comunicação no Sul do País; Roberto Paulo César de Andrade, do grupo Brascan – lembrem-se de que o grupo Brascan é de herdeiros do grupo Light, o famoso “polvo canadense” que dominou legítima e ilegitimamente certos aspectos da política do País na Velha República; Joseph Safra, do Banco Safra, e outros. E aqui a pergunta surge imediatamente. Parece que a direção do WWF tem como característica basicamente só pessoas ou grupos que têm riquezas acima de US\$ 500 milhões.

No último dia 19 de janeiro, na posse de uma liminar concedida em segunda instância, o WWF-Brasil obteve o arresto e custódia de publicações do MSIA, supostamente “difamatórias” de suas atividades à frente das campanhas ambientalistas no Brasil, sem que o MSIA sequer houvesse sido citado judicialmente. No texto da queixa, o WWF-Brasil afirma que “o MSIA, em busca de afirmação e reconhecimento perante a sociedade civil brasileira, procedeu de maneira totalmente irresponsável ao divulgar uma série de informações inverídicas, caluniosas e, até mesmo, insanas a respeito da Requerente.”

Quero ressaltar que o Juiz Paulo Maurício Pereira, da 24ª Vara Cível do Rio de Janeiro, em seu despacho, havia simplesmente ressaltado que “inexiste prova concreta de que as informações remetidas pela primeira ré são falsas ou distorcidas, certo que não é só ela que emite tais opiniões, resumindo-se tudo na discussão envolvendo o que os nacionalistas chamam de ‘política imperialista das grandes potências mundiais’ e ‘política de internacionalização da Amazônia’, matérias que de há muito vêm sendo discutidas pela imprensa, inclusive por membros do governo e militares brasileiros, estes pelo dever que têm de resguardar nossas fronteiras e soberania”.

O WWF entrou com um agravo de instrumento, e um juiz de segunda instância concedeu uma busca e apreensão de material com relação ao Movimento de Solidariedade, que o jornal *Gazeta Mercantil*, em sua edição de 25 de janeiro, relatou desta maneira – e é importante, porque aqui estão claramente as duas concepções com respeito a este tema:

“Duas representantes de entidades civis internacionais estão levando as divergências políticas, ideológicas e metodológicas para o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro... A WWF do Brasil, presidida pelo empresário José Roberto Marinho, acusa o MSIA de atentar-lhe contra o bom nome e a credibilidade. Segundo boletins do MSIA, a WWF estaria conspirando contra o desenvolvimento do País, com o objetivo de inferiorizar econômica e tecnologicamente o Estado brasileiro. (...)

“O MSIA, formado por profissionais liberais, militares e empresários nacionalistas, é inspirado

nas idéias do economista americano Lyndon LaRouche, defensor dos Estados nacionais soberanos, da reformulação dos sistemas monetários e financeiros internacionais e das grandes obras de infra-estrutura como fator de desenvolvimento dos países do Terceiro Mundo. (...)

“As escaramuças envolvendo as entidades existiam veladamente, mas ficaram insuportáveis depois que o Ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, anunciou a suspensão da Hidrovia Paraná-Paraguai, canal de escoamento de produção agrícola do centro da América do Sul. A WWF fez campanha contra o projeto da hidrovia, alegando que haveria impacto desfavorável para a fauna, a vegetação e a população do Pantanal mato-grossense. Monitorava todas as etapas do processo. O MSIA considera fundamental a conclusão do projeto para o desenvolvimento econômico do País e alega que a WWF tinha uma base avançada em Corumbá para trabalhar contra a construção da hidrovia.”

Como sugere o jornal, o que está em jogo, não apenas no caso WWF x MSIA, mas em toda a ofensiva das ONGs, são duas concepções inconciliáveis sobre a noção de desenvolvimento e a responsabilidade do Estado nacional soberano para com ele. De um lado, está o mundo de pesadelo oferecido pelos ideólogos do ambientalismo-indigenismo, um mundo no qual o ser humano e suas legítimas aspirações ao progresso e ao bem-estar têm que se condicionar aos ditames de uma idílica “proteção da natureza”. Do outro, está a possibilidade de que o Brasil venha a assumir plenamente as suas responsabilidades na construção de uma nova ordem econômica mundial justa, sobre os escombros do presente sistema financeiro internacional, na qual os grandes projetos de infra-estrutura e a expansão das fronteiras agrícolas venham a desempenhar um papel fundamental. Difícilmente, isto poderá ser feito se as ONGs e entidades similares continuarem dispondo do enorme poderio que detêm atualmente. Portanto, acredito que o trabalho desta Comissão poderá ter uma relevância crucial para o futuro imediato deste grande País.

Muito obrigado.

Comentários do senador Bernardo Cabral

(...) Sr. Presidente Mozarildo Cavalcanti, acho que V. Ex^a e a senadora Marluce Pinto vão comandar uma CPI de alto poder explosivo. As denúncias gravíssimas trazidas aqui pelo Dr. Lorenzo Carrasco foram por escrito. S. S^a está documentando para que se possa fazer o requerimento que vou fazer a V. Ex^a agora, para que a senhora Relatora, se considerar conveniente, incorpore e depois submeta, que quero dar meus subsídios à Relatora.

Primeiro, que a eminente Relatora Marluce Pinto providencie o requerimento, se considerar conveniente, para ouvir quais são esses membros do Ministério Público que viajaram à custa dessas organizações. Porque não foi para isso que demos força ao Ministério Público na Assembléia Nacional Constituinte. Esse é o primeiro ponto. Se V. Ex^a aceitar, o requerimento depois será posto em votação e terá o meu aplauso.

Segundo, saber que tipo de relacionamento está existindo em umas organizações não-governamentais que se enfronharam no Governo, e os nomes foram aqui ditos, para que venham depor nesta Comissão, sejam Ministros de Estado ou não. Porque o professor Carrasco nominou três pessoas, dentre as quais um é o atual Ministro da Justiça, o outro é o Secretário-Geral e um terceiro é do Movimento Viva Rio. Como ele o fez por escrito, é evidente que não pode ser desprezada essa denúncia. (...)

Comentários do senador Moreira Mendes

(...) Rondônia, ao contrário do que se imagina, tem sido um exemplo para o Brasil porque nós, lá, estamos preservando 70% da nossa área, mas estamos tendo a coragem de mostrar ao Brasil que, por meio do zoneamento, podem conviver pacífica e perfeitamente o meio ambiente e o homem. Neste ponto, quero concordar com o ilustre depoente: para mim, é muito mais importante o homem. O meio ambiente é importante, mas não tenho dúvidas: entre ele e o homem, fico com o homem.

Estamos sabendo fazer o dever de casa: estamos lá preservando 70% da área total do Estado. É um engano, um engodo, uma ilusão e uma utopia defender os 80% da propriedade privada, porque isso é letra morta. Se aprovado, não vai ser cumprido. Vamos botar o pé no chão, vamos encontrar o caminho – como diz o senador Tião Viana – do equilíbrio. É preciso entender que nós, da Amazônia, temos que ter o nosso espaço para nos desenvolvermos como entendemos que deva ser feito, e não atendendo aos interesses dessas ONGs. (...)

Comentários do senador Gilberto Mestrinho

Sr. Carrasco, senhoras e senhores Senadores, esta reunião é muito oportuna, pois o meio ambiente é uma preocupação de todos. Quando acordamos, abrimos os olhos e vemos o meio ambiente, observamos se há fumaça, se faz sol, se há mosquito. Todos nos preocupamos com isso, o que é natural, desde o início da Humanidade. No entanto, a questão ambiental se transformou num instrumento de dominação. Terminada a II Guerra Mundial, determinados grupos hegemônicos, a fim de preservar essa hegemonia sem o uso ostensivo de armas letais, passaram a utilizar o argumento da questão ambiental e uma suposta proteção de minorias para seus fins de dominação. Vivemos no Brasil um momento em que se fazem presentes as conseqüências dessa política. (...)

Nas margens do Araguaia e do Tocantins, há 400 índios. Então, temos que impedir a construção da hidrovia Araguaia–Tocantins, porque vai prejudicar a vida desses 400 índios. Eu não sei em que, se esses índios já vivem, secularmente, na beira do rio e vão continuar vivendo na beira do rio. Não se vai abrir canal novo; não se vai alterar a calha natural do rio; ela vai apenas disciplinar, melhorar e proteger essa calha. Mas é preciso impedir que se faça isso.

Na região, temos algumas estradas abertas há 50 anos, outras, há 30, outras, há 40 anos, que não eram asfaltadas porque não havia recursos, meios e até asfalto para asfaltá-las, mas que estão lá. Mas agora é um crime asfaltar essas estradas, porque isso vai prejudicar o meio ambiente. Então, vemos pessoas do Governo, do Ministério do Meio Ambiente, fazendo campanha contra o asfaltamento daquelas estradas, porque isso vai prejudicar o meio ambiente. Ora, e os 20 milhões de pessoas que vivem na Amazônia? Pertencem ou não ao meio ambiente? Objetiva-se que o meio ambiente vá proteger quem? As pessoas. Como o Sr. Carrasco disse, quando se quer tratar melhor os animais do que os seres humanos, amanhã, nós vamos tratar os seres humanos pior do que os animais. (...)

Não deixe de ler o novo livro da EIR:

Terror contra o Estado nacional

O verdadeiro pano de fundo dos ataques de 11 de setembro

R\$ 35,00

Pedidos à Capax Dei Editora Ltda.

R. México, 31 – s. 202 – CEP 20031-144 - Rio de Janeiro - RJ

Telefax 21-2532-4086 - ocompro@terra.com.br